

Educação pública em Sergipe: dos primórdios ao Atheneu “Pedro II”

Josevanda Mendonça Franco¹

Public Education in Sergipe: from the Beginning of Atheneu to “Pedro II”

176



Resumo

Ao longo da história colonial e imperial brasileira, Sergipe vivenciou uma realidade educacional marcada pelo descaso com o ensino público. A fundação do colégio Atheneu Sergipense, ofereceu a sociedade sergipana uma instituição de ensino estruturada, capaz de atender a demanda local, embora a matrícula não fosse expressiva. Quando Graccho Cardoso chegou à presidência de Sergipe, em 1922, determinou a construção de um prédio específico para a referenciada unidade educacional, e para a inauguração da nova sede, quis o Presidente, homenageando o centenário de nascimento do Imperador Pedro II, renomear a tradicional escola que passou a ser chamada de colégio Atheneu “Pedro II”. O vistoso palacete foi edificado em uma área considerável na avenida Ivo do Prado. Este artigo, apresenta um recorte histórico da Instituição, até 1938, quando foi recuperado a sua denominação original.

Palavras-chave: Atheneu; Graccho Cardoso; ensino público.

Abstract

Throughout colonial and imperial Brazilian history, Sergipe experienced an educational reality marked by neglect of public education. The foundation of Atheneu Sergipense School, offered to Sergipe society a structured teaching institution, able to meet the local demand, although the enrollment was not expressive. When Graccho Cardoso came to the presidency of Sergipe in 1922, he determined the construction of a specific building for the referenced educational unit, and for the inauguration of the new headquarters, the President wanted to honor the centenary of the birth of Emperor Pedro II, and renamed the traditional School that came to be called Atheneu “Pedro II” School. The showy palace was built in a considerable area on Ivo do Prado. This article, presents a historical cut of the Institution, until 1938, when its original name was recovered.

Keywords: Atheneu; Graccho Cardoso; public education.

1 Historiadora, especialista em Educação e curadora do Museu da Gente Sergipana. E-mail: josevandafranco@gmail.com

Introdução

A vida educacional sergipana remonta aos tempos da chegada dos portugueses, e, assim como em todo o restante da Colônia, atrelada à Igreja Católica e à Ordem Jesuíta.

Contratada por D. João III², a Companhia de Jesus exercia de forma eficiente a tarefa de converter os pagãos à fé católica, e, embora o propósito inicial da presença da Ordem estivesse atrelado a disseminação do cristianismo, gradativamente, o trabalho de catequese dos inicianos tornou-os educadores, contribuindo para o domínio dos gentios. O aprendizado da língua portuguesa, foi incorporado aos muitos instrumentos de conquista.

Nas terras de Sergipe, compreendidas na Capitania da Bahia, doadas a Francisco Pereira Coutinho em 1534, as dificuldades para colonização e exploração foram percebidas desde os primeiros momentos da presença lusitana. Se por um lado a ferocidade tupinambá por si só justificaria os percalços, a ineficiência do Donatário e a presença constante dos franceses na costa sergipana, agravavam sobremaneira o domínio do local.

Por volta de 1575, a tentativa de definir a posse da região se fez através da investida do jesuíta padre Gaspar Lourenço e do missionário João Salônio. A intenção pacífica dos catequistas enfrentou os interesses imediatistas da Coroa, temerosa da presença francesa nas proximidades da Bahia. Uma ação militar não tardou a acontecer.

O governador Luiz de Brito entregou a Garcia D'Ávila, o senhor da Casa da Torre, a tarefa de explorar as terras além da barra do rio Real. Outra vez, a insuficiência de recursos se interpõe ao plano de colonização, definindo a belicosidade como meio para a conquista. Mas, em 1589 as terras de Sergipe receberam as fileiras militares comandadas por Cristóvão de Barros. Descreve FREIRE (1972, p. 80),

[...] Foi uma verdadeira bandeira. Sem contestarmos a veracidade histórica da ordem régia, cláusula indispensável para a realização das guerras, segundo a lei corrente, tiramos-lhe, todavia, o valor de causa determinante da viagem de Cristóvão de Barros.

Consolidada à conquista, um arraial foi criado para sediar a administração local e aquartelar as tropas. Sua localização inicial era junto ao rio Poxim, transferido mais de uma vez, até o local onde hoje se encontra São Cristóvão.

Data de 1601 a doação de *duas léguas de terra em quadro*³ *de sesmaria com todas as águas e madeira que nela se achar* (NASCIMENTO, 1981, apud LOUREIRO, 1999, p.20) ao padre Amaro Lopes, jesuíta encarrega-

2 D. João III reinou sobre Portugal e suas Colônias entre 1521 e 1557.

3 FREIRE, Felisbelo. *História de Sergipe*. Coleção Dimensões do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1977. 416 p.

do da catequese dos nativos. As terras e suas edificações foram dadas o nome de Colégio, que anos mais tarde abrigaria o Engenho homônimo, na região de Itaporanga D'Ajuda.

Assim como nas demais instituições de ensino criadas pelos jesuítas na Colônia, o método de ensino adotado era o *Ratio Studiorum*⁴, definido pelo fundador da Ordem, Inácio de Loyola. Não se tratava de um método propriamente dito, antes uma sistematização de várias regras de influência teórica aristotélica e cristãs medievais, norteadas pela disciplina, universalismo e humanismo, cujo plano de estudos era definido,

[...] começando pelo aprendizado do português, incluía o ensino da doutrina cristã, a escola de ler e escrever. Daí em diante, continua, em caráter opcional, o ensino de canto orfeônico e de música instrumental, e uma bifurcação tendo em um dos lados, o aprendizado profissional e agrícola e, de outro, aula de gramática e a viagem de estudos à Europa.⁵

178



A partir de 1759, o monopólio educacional da Ordem Jesuíta foi rompido. Através do Alvará de 28 de junho, publicado por ordem de Sua Majestade D. José I de Portugal, foi introduzida a chamada Reforma Pombalina. Determinava o régio documento a expulsão dos até então nobres educadores inicianos de todas as terras do Reino. A laicização do ensino integrava os planos despóticos do influente Marques de Pombal, cujos efeitos imediatos promoveram uma lacuna significativa na oferta do ensino formal na Colônia. Todos os colégios foram confiscados e fechados, enquanto a Metrópole tentava, sem sucesso, implantar um novo sistema de ensino.

Foi somente com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 que a implementação de um sistema educacional ocupou as preocupações do Estado Português. Não se justificava a escuridão cultural em que vivia a então sede da Corte. Contudo, nenhuma mudança substancial foi observada em Sergipe.

A Carta Constitucional de 1824, definiu o dever do Estado em prover a instrução pública. Restava ao Governo Imperial estabelecer os parâmetros e a escolha de um método que orientasse a instrução pública e privada. Para tanto, publicou a Lei de 15 de outubro de 1827, determinando que *em todas as cidades, vilas e lugares populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias*.

A Lei estabelecia os princípios básicos do modelo educacional a ser implantado em todas as Províncias do Império. As escolas deveriam ser de Ensino Mútuo, cujos conteúdos, fundamentados nos princípios da moral

4 Publicado em 1599 pelo padre jesuíta Geraldo Cláudio Aquaviva.

5 RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998, p. 21-22.

cristã, seriam ministrados por professores capacitados para o exercício da profissão, ainda que, no referido dispositivo legal, não estivesse demonstrado o *modus operandi* do Estado para provê-la.

Nos primeiros anos do Brasil independente, foi a forte influência do pensamento liberal, notadamente francês, que orientou o modelo educacional implementado. Distantes da realidade social e marcados por constantes reformas, os deficientes sistemas de ensino primário e secundário, foram replicados na Província de Sergipe.

A Publicação do Ato Adicional em 1834, instituiu as Assembleias Legislativas Provinciais, com autonomia para legislar sobre a Instrução Pública, devendo o poder local regular os ensinos de Primeiras Letras e Secundário, além de criar escolas. Sob a responsabilidade Imperial ficariam somente o ensino superior e os novos cursos.

Uma realidade caracteristicamente descentralizadora para o modelo educacional brasileiro foi delineada. Ao transferir a responsabilidade de autorização de cursos educacionais para as Assembleias Provinciais, pretendia o Poder Central atribuir aos governos locais o sustento econômico dos respectivos cursos.

Traduzindo-se frágeis, ante as reais necessidades da população, era imperiosa a influência europeia na educação brasileira, desprovida de senso crítico, caricaturada e desconectada da realidade social que avançava sobre a formação dos novos contextos.

Em Sergipe, a reboque do referencial regional, o incremento da empresa agroexportadora do açúcar, proporcionava o desenvolvimento econômico e o crescimento populacional, que passou a exigir do Governo Provincial a criação de uma instituição de ensino para atender a demanda social, fortalecida com a recém-criação da nova Capital.

O Liceu e o Atheneu

As transformações dos novos tempos não diziam respeito apenas às mudanças político-administrativas. Sergipe alcançava um dos melhores momentos de sua economia. As exportações atingiam números significativos e o comércio tornava-se um segmento representativo, impulsionando o crescimento das cidades e o aumento populacional.

A vida intelectual adquiria novos contornos, cuja produção cultural era possível se evidenciar nos periódicos locais. Os ideais do liberalismo contaminara uma geração de jovens intelectuais que se mostravam incomodados com o velho modelo referenciado nos distantes tempos coloniais.

A necessidade de uma instituição de ensino público que congregasse os melhores mestres a um custo possível de ser assumido pelo poder público, e que oferecesse um currículo adequado, aglutinando o ensino



secundário à Província, foi criado Liceu Sergipense, pelo Inspetor-Geral de Ensino o Dr. Guilherme Pereira Rabelo.

Instalado na capital da Província em outubro de 1862, o Liceu Sergipense, oferecia um currículo composto por 20 cadeiras. Entretanto, o reduzido número de alunos justificou a sua extinção, em 1864. O insucesso do empreendimento pareceu arrefecer ao propósitos governamentais de estabelecer a oferta de Instrução Pública.

Foi somente a partir da década de 70 do século XIX, que, acompanhando as mudanças propostas pelo pensamento republicano e positivista, característico do período, delineou-se um novo modelo educacional.

A criação do colégio Atheneu Sergipense, pelo presidente provincial Tenente-Coronel Francisco José Cardoso Júnior, evidenciou o interesse na melhoria do ensino público em Sergipe. Estruturado para oferecer os cursos de Humanidades e o Normal, com duração de 4 anos, o Atheneu representava uma esperança para a ordem social, no tocante a disponibilização de uma instituição competente também para a formação de professores.

Passada a euforia da inauguração, restou a difícil constatação dos problemas a serem enfrentados. Numa análise inicial, era preciso adequar a proposta de ensino à realidade provincial, e, nessa perspectiva, o Atheneu atendia aos filhos da aristocracia rural, cujos interesses avançavam sobre o Ensino Secundário.

Eram péssimas as condições do espaço físico ocupado pelo Colégio, em um prédio cedido pela Câmara Provincial, adaptado para as atividades pedagógicas. No tocante à caracterização dos alunos, não se podia dizer que era das melhores. Inúmeros foram os registros de indisciplina naquele primeiro ano de funcionamento da Instituição.

Exatamente por isso, a decisão de edificar um prédio especialmente para sediar o Atheneu devolveu o ânimo aos seus idealizadores. As obras iniciadas em 13 de novembro de 1870 ocupavam uma área total de 600m², localizada na praça da Conceição,⁶ tinham uma previsão orçamentária de 28:000\$000, cuja dotação foi complementada por doações de *patrióticos sergipanos*. Para execução das obras, foram encarregados o engenheiro João Gomes Vieira Dantas, autor do projeto, e José Agostinho do Nascimento, o construtor.

Nos anos de 1871 e 1872, a matrícula do Atheneu justificou o investimento governamental. Quantitativamente, no primeiro ano, dos 99 matriculados, 74 frequentaram. No ano seguinte, com uma matrícula ampliada para 143 alunos, 113 efetivamente compareceram às aulas. (Nunes, 2008 p. 130).

A sede do Atheneu foi inaugurada em 3 de dezembro de 1872, pelo então Presidente Provincial Joaquim Bento de Oliveira Júnior. Era um prédio



arquiteticamente vistoso, que contribuía também para o embelezamento da área urbana.

No início do ano letivo de 1873, o Colégio Atheneu recebeu uma matrícula inicial de 165 alunos, dos quais 115 frequentaram. (Nunes, 2008 p. 130).

Na década de 80 do século XIX, a educação sergipana, sob a influência do pensamento liberal norteador da reforma elaborada pelo Conselheiro Leôncio de Carvalho, ou Reforma do Ensino Livre⁷, inaugurou uma nova ordem, presente nas reformas propostas pelo jovem Presidente da Província de Sergipe, Herculano Marcos Inglês de Souza.

Dentre os muitos aspectos progressistas dispostos no Regulamento da Instrução Pública de 11 de setembro de 1881, baixado pelo Presidente Inglês de Souza, destacou-se a conversão do Atheneu Sergipense em Liceu Secundário de Sergipe. Passava a instituição a oferecer o curso secundário em 6 anos, habilitando como Bacharel em Letras o aluno que, ao concluir o curso, se submetesse a uma dissertação, cuja temática, e posterior avaliação era de atribuição da Congregação. O título habilitava o portador à primazia no exercício da função pública e do provimento para o magistério.

O Atheneu Sergipense nos tempos da república

Nos primeiros anos da República emergiram novas forças econômicas propulsoras do crescimento demográfico nos centros urbanos, e, é claro, Aracaju se inseriu nessa realidade. Os recém-criados modelos republicanos eram incompatíveis com os frágeis sustentáculos da educação imperial.

O padrão educacional sergipano era sustentado em duas escolas: o Atheneu Sergipense e a Escola Normal, aportados por várias pequenas reformas que introduziram novos componentes curriculares, e pela grande reforma de 1911, implementada no governo de Rodrigues Dória (1908-1911), que promoveu a modernização do ensino em Sergipe.

Também por decisão do Dr. Rodrigues Dória, uma nova sede para acolher as instalações do colégio Atheneu Sergipense deveria ser edificada na praça Pinheiro Machado⁸. Entretanto, os poucos recursos destinados para esse fim não cobriam o orçamento da obra, e ante a impossibilidade de manutenção do projeto, os recursos foram aplicados na ampliação do prédio onde já funcionavam as aulas da Instituição, na rua de Boquim. A iniciativa dotou o espaço de 4 novas salas distribuídas em 2 pavilhões.

A Educação era cada vez mais valorizada, entendida como um elemento importante nas mudanças necessárias ao crescimento do País. A matrícula do colégio Atheneu repetia o quantitativo reduzido, mas o interesse

7 A essência da Reforma Leôncio de Carvalho é dominada pela moralidade e pelo higienismo, entendido como elemento indispensável ao pleno desenvolvimento físico e moral da juventude.

8 Atual praça Tobias Barreto, no bairro São José.

governamental em manter o estabelecimento em condições de prestar bons serviços educacionais à sociedade sergipana era evidente.

Em 1921, o Atheneu possuía museu, biblioteca, gabinetes de física, química e história natural, não ficando a dever, em termos de equipamentos, a outras instituições congêneres brasileiras.

Ao assumir o comando do Executivo Estadual, em 24 de outubro de 1922, o Presidente Graccho Cardoso recebeu um patrimônio educacional constituído por 254 escolas isoladas, 5 grupos escolares, 1 escola complementar à Escola Normal e 7 escolas noturnas. Encontravam-se matriculados 10.032 alunos, dos quais 79,14% frequentavam as aulas normalmente. (Nunes, 2008, p. 247)

O investimento na educação era uma prioridade de sua administração, considerando a ardorosa defesa da importância de um ensino de qualidade feita ao longo da campanha política, destacando a responsabilidade do Estado na oferta do ensino público e gratuito como instrumento indispensável à construção de uma sociedade distante do perigo da ignorância, considerada, por ele, um dos mais significativos elementos do atraso do Brasil.

Para tanto, o Presidente Graccho Cardoso determinou, pelo Decreto nº. 783, de 24 de fevereiro de 1923, o desalojamento dos edifícios onde funcionavam as delegacias, nos municípios de Itabaiana, Laranjeiras, Estância, Capela, Villa Nova⁹, Santo Amaro das Brotas, Lagarto e São Cristóvão, para ocupá-los com escolas.

As transformações desejadas pelo Presidente Graccho Cardoso, para a educação em Sergipe não se limitavam às novas edificações ou às reformas dos Grupos Escolares. Pretendia o Chefe do Executivo Estadual edificar um modelo educacional capaz de atender às necessidades da sociedade sergipana, e assegurar que um sistema duradouro fosse enfim elaborado e instituído.

As condições da educação em Sergipe, particularmente aquelas observadas no Atheneu, mantinham-se inalteradas. Em 1923, eram apenas 50 alunos matriculados. Na tentativa de reverter esse quadro inexpressivo, o Presidente Graccho Cardoso proibiu, pelo Decreto de nº 08, de março de 1923, que os lentes¹⁰ do Atheneu ministrassem aulas particulares de suas cátedras, uma tentativa de evitar o abandono e a evasão dos alunos.

O Decreto nº 867, de 11 de março de 1924, inseriu o novo Regulamento da Instrução Pública Estadual, definindo que o Ensino Primário se faria em dois níveis: o Elementar, de 3 anos, obrigatório e gratuito, constituído de 3 graus¹¹, e o Superior, igualmente constituído por 3 anos, com ma-

9 Atual Neópolis.

10 Termo que designa professor.

11 Cada grau de ensino correspondia a 1 ano de estudo.



trícula mediante o pagamento de taxas. Já o Ensino Secundário era de responsabilidade do colégio Atheneu Sergipense, da Escola Normal e de instituições particulares, enquanto o Ensino Profissionalizante, seria ministrado em escolas específicas.

Avançando sobre a certeza de que era preciso dotar as escolas de melhores condições, o Presidente Graccho decidiu pela construção de um prédio moderno e grandioso para o Atheneu, que registrava, em 1925, uma matrícula de 75 alunos, do total de 11.041 matriculados entre Grupos Escolares, Escolas Isoladas e Escolas Reunidas.

Os números da obra favoreceram as críticas dos opositores. Contrários ao gigantismo do empreendimento, a sede do Colégio Atheneu, foi classificada como uma estratégia eleitoreira e desnecessária, cercada de atos suspeitos no desembolso dos recursos para a sua construção, cujas práticas ilegais se estendiam a ponto de confundir o público e o privado. São inúmeros os bilhetes emitidos pelo Presidente Graccho, autorizando diversas firmas sergipanas a realizar adiantamentos e pagamentos a terceiros, por serviços prestados ao Estado, muitas vezes antecipando a cobrança de impostos.

Na contramão dos críticos, o Presidente Graccho acreditava que o reduzido quantitativo da matrícula do Atheneu resultava, inclusive, das insalubres condições do prédio onde funcionava o Colégio, desfavorável à aprendizagem e à consequente permanência dos alunos, e na defesa dessa tese, buscou o Presidente cercar-se de expressivos educadores, como Abdias Bezerra, Florentino Meneses e Clodomir Silva.

A construção consumiu meses de trabalho, coordenada por Firmino Muniz Barretto, construtor contratado em março de 1925 para realizar a obra, sendo fiscalizada pelo vice-diretor do Colégio, o engenheiro Dr. Leandro Diniz. Quando concluída a edificação destinada ao Colégio Atheneu “Pedro II”, esta passou a integrar o conjunto de imóveis pertencentes ao Estado, sendo avaliada em julho de 1926 em 360:400\$00.

O Atheneu “Pedro II”

Para a inauguração das modernas instalações do prédio, localizado na antiga rua da Aurora, decidiu o Presidente Graccho Cardoso, adotar, a partir de 1925, uma nova identificação para a referencial unidade de ensino sergipana. O colégio Atheneu “Pedro II” – homenageava o centenário de nascimento do segundo Imperador do Brasil.

O Presidente de Estado, no intuito de solenizar, do modo mais significativo, a data que hoje passa, do centenário do nascimento do grande brasileiro D. Pedro de Alcântara, segundo imperador da Nação, ao serviço da qual consagrou sempre as luzes de sua sabedoria notável e a abnegação de

seu patriotismo exemplar, resolve, no uso da faculdade conferida pelo art. 2º da Lei n. 913, de 28 de Outubro do corrente ano, dar a denominação de Atheneu “Pedro II” ao atual Atheneu Sergipense¹².

Evidentemente, a mudança não contou com o aceite de todos, e muitos sergipanos continuaram a chamar a escola pela identificação anterior. Ademais, o fervor republicano da transição de 1889, ainda presente, tornava incompreensível a homenagem.

A inauguração em uma chuvosa sexta-feira, dia 13 de agosto de 1926, contou com a honrosa presença do presidente eleito da República, Dr. Washington Luís, de autoridades federais e estaduais e da sociedade sergipana.

Dimensionado para receber um quantitativo de alunos muito maior que os registros de matrícula de 75 alunos em 1925, e de 47 alunos em 1926, a nova sede foi justificada pelo Presidente Graccho Cardoso, destacando que

este edificio antecipa-se um pouco ás exigencias actuaes. Mas tendo o Governo de construir com esse proposito um predio adequado, não poderia adistringi-lo ao numero ainda muito limitado de creanças e adolescentes que cursam as humanidades em Aracajú. Fôra imprevidência fazer obra no genero para o presente. O Atheneu “Pedro II” é, portanto, um predio capaz de corresponder aos seus fins por mais de um século. Architectado na previsão do possivel desenvolvimento que se venha a dar na instrucção secundaria ou de preparatorios, em prazo dilatado, a sua construcção é de natureza a desafiar victoriosamente a acção do tempo.¹³

Adequando à grandiosidade de sua nova sede, o Atheneu “Pedro II”, dirigido pelo Dr. Alcibiades Paes, teve seu Regimento Interno alterado pelo Decreto nº 940, de 2 de julho de 1926. Uma nova matriz curricular foi definida, com componentes e carga horária semanal distribuídos em 6 anos de curso.

Para admissão no quadro discente do colégio Atheneu “Pedro II”, o aluno era submetido a um exame específico, no qual deveria comprovar seu grau de conhecimento nos conteúdos de Instrução Moral e Cívica, Português, Cálculo Aritmético, Morfologia Geométrica, Geografia e História do Brasil, Ciências Físicas e Naturais e de Desenho. O programa de conteúdos a ser avaliado era definido pelo Departamento Nacional do Ensino.

12 SERGIPE. Decreto nº 911, de 2 de dezembro de 1925. Altera o nome do Atheneu Sergipense. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925.

13 SERGIPE. Mensagem do Presidente do estado de Sergipe Mauricio Graccho Cardoso apresentada à Assembléia Legislativa Estadual em 7 de Setembro de 1925. Aracaju: Imprensa Oficial, 1925.



Duas Comissões Examinadoras, constituídas por 3 professores indicados pelo Diretor do Colégio e referendadas pela Congregação, promoviam os exames de admissão em 2 momentos diferentes, nos meses de dezembro e de março. Eram realizadas provas escritas e orais, para a constituição das turmas. Como definido regimentalmente, *nenhuma turma poderá ter mais de 40 alunos*¹⁴.

Quanto aos exames de promoção de ano, compreendiam prova gráfica para desenho e escrita para os demais componentes curriculares. O aluno era avaliado por uma Comissão constituída por professores do Colégio, indicados pelo Inspetor Geral. Realizada a avaliação, os examinadores atribuíam a nota na escala de 0,0 a 10,0.

A aprovação obedecia a uma graduação definida pela média. O aluno com média entre 4,0 e 6,0 era considerado aprovado, simplesmente; com média superior a 6,0, o aluno estava aprovado plenamente; com média superior a 9,5, era o aluno aprovado com distinção. O aluno que não alcançava média para aprovação, em apenas uma matéria, poderia requerer exames de segunda época.

No tocante aos exames finais, a convocação, realizada por Edital publicado no mural do Colégio e em jornal oficial do Estado, era até 6 de novembro de cada ano. As inscrições dos alunos deveriam ser realizadas até 10 dias antes do exame. Somente em *caso de calamidade pública, por determinação do Ministério da Justiça e mediante representação da congregação*¹⁵, poderia ser alterada a data fixada para o exame final, constituída de prova escrita, oral e prática, no caso das matérias de Física, Química, História Natural e Geografia. Em todas as matérias, os pontos de conteúdos do exame eram sorteados.

Quanto ao quadro docente, os lentes do Atheneu “Pedro II” eram classificados considerando os catedráticos, os docentes-livres e os honorários. Estes eram reconhecidos pela *notável e excepcional competência*¹⁶ por dois terços da Congregação. Sendo necessário, era admitido professor substituto. A contratação do livre-docente dependia da procura pela matrícula.

A Congregação de Ensino, alma do Colégio Atheneu “Pedro II”, era constituída por todos os catedráticos e 1 dos professores com livre-docência, escolhido por seus pares, anualmente, para compor a Congregação, que era presidida pelo Diretor da Instituição. Cabia-lhe, além de cumprir o Regimento, coordenar as atividades de caráter pedagógico, os exames de admissão e progressão, definir as penalidades disciplinares, examinar e empossar os novos lentes.

14 SERGIPE. Regulamento do Atheneu “Pedro II”. Aracaju: 1926. Art. 157.

15 Ibidem. Parágrafo único do Art. 60.

16 Ibidem. Art. 158.



A estrutura administrativa do Colégio era composta por 1 diretor, 1 vice-diretor, 1 secretário, 2 escriturários - arquivista e bibliotecário - 1 porteiro, 1 bedel, 4 inspetores de alunos, 1 inspetora de alunas e 2 serventes.

A aposentadoria dos professores acontecia, por requerimento, quando estes atingiam os 65 anos de idade, quando completavam 25 anos de serviços prestados à educação ou, ainda, aos 30 anos de serviço, compulsoriamente.

A associação de alunos eram permitida quando se tratava de organizações para fins científicos, literários ou assistenciais. Desde que oficialmente reconhecidas, recebiam 5% do valor das taxas escolares arrecadadas na matrícula.

Em 1929 contava a Instituição com uma matrícula de 95 alunos, ampliada em pouco mais de 100% em 4 anos. O Colégio tornou-se um referencial sergipano. Visitar o Atheneu “Pedro II” era um programa elegante. Muitos eram as autoridades e os ex-alunos que faziam questão de registrar no Livro de Visitas a passagem por suas instalações.

Os cuidados com o Colégio eram evidentes, materializados com a destinação de recursos para reparos durante todo ano de 1929, além da manutenção de sua equiparação ao Colégio “Pedro II”.

Na efervescência dos fatos políticos que abalaram o País em 1930, os alunos do Atheneu fundam o Grêmio Literário-Esportivo “Pedro II”¹⁷. A agremiação pretendia ampliar as discussões sobre assuntos pertinentes ao momento político, sem, contudo, demonstrar uma ideologia sedimentada. Contava o Colégio com uma matrícula de 140 alunos, distribuídos nos anos de ensino oferecidos.

O Colégio Atheneu “Pedro II” desempenhava um importante papel não só por reunir a esperançosa juventude, mas por aglutinar intelectuais e multiplicadores de uma nova mentalidade dominada pela certeza de que era preciso enterrar o velho arquétipo da educação segregadora, que caracterizou a Primeira República.

Todavia, a realidade era a prova da inacessibilidade da população à educação. Apenas 2,5% da população, estimada em 527.130 habitantes, frequentava a escola.

Durante todo o ano de 1930, os reflexos da instabilidade política nacional atingiram Sergipe e suas instituições, comprometendo o funcionamento, inclusive, do Colégio Atheneu “Pedro II”, cujas aulas foram suspensas. A Unidade de Ensino era então dirigida pelo Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas, desde agosto de 1927.

17 Foram empossados na presidência Paulo Costa, Emilio Gentil na vice-presidência, Tasso Freire na 1ª secretaria, Pinheiro Lobão na 2ª secretaria, Félix Figueiredo na tesouraria, José Almeida na diretoria de esportes e Benedito Guedes como orador da agremiação.



Em 16 de novembro, o capitão Augusto Gomes Maynard foi nomeado para a chefia do governo de Sergipe. As alterações na máquina administrativa foram iniciadas, com alguns professores do Colégio desligados para assumir outras funções públicas, como aconteceu com os professores Arthur Fortes e Clodomir Silva.

Ainda no mesmo ano, mudanças na política educacional brasileira atingiram o colégio Atheneu “Pedro II”. Após a criação do Ministério da Educação e Saúde, uma nova reforma foi apresentada pelo Decreto 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispôs, entre outros aspectos, sobre a organização do ensino secundário. Todas as escolas secundaristas foram equiparadas ao Colégio “Pedro II” do Rio de Janeiro, situação já definida no Atheneu em Sergipe. O curso secundário foi dividido em dois ciclos, o primeiro com 5 anos e o segundo com 2 anos, este último orientado para a escolha do nível superior.

Contudo, a inquietação gerada pelos opositores à condução do Estado pelo Interventor Augusto Maynard, estimulou, em fevereiro de 1932, os integrantes do Grêmio Literário “Pedro II” a fundar *O Povir*, órgão de comunicação da agremiação, dirigido por Félix Figueiredo, tendo como redatores os alunos Carlos Garcia e Sílvio Silveira. Não se pode dizer que o periódico tinha uma linha de atuação definida pelo contraditório, assumindo uma postura tendenciosa favorável ao governo situacionista.

Em meio às questões políticas, a manutenção da qualidade do ensino no Atheneu “Pedro II” era uma prioridade da Congregação do Colégio. A seleção para ingresso no quadro docente era, além de rigorosa, constituída por um complexo ritual, que incluía exame oral e escrito, culminado na apresentação de uma tese.

O professor catedrático do Atheneu “Pedro II” passou a receber, a partir de 1932, anualmente, 3:400\$00 de ordenado, com uma gratificação complementar em torno de 1:750\$000, o dobro do valor recebido por um professor do Grupo Escolar.

Em 16 de junho de 1935 foi promulgada a Constituição Estadual. Definiu-se a oferta de educação como uma obrigação do Estado e estabeleceu-se o piso salarial para os professores dos Atheneu “Pedro II”. Os catedráticos teriam que receber 55% dos provimentos dos Juizes de Direito.

Em sua primeira Mensagem à Assembleia¹⁸, o governador Dr. Eronildes faz uma análise da situação educacional do Estado. Sergipe possuía uma população de 63.449 mil habitantes, dos quais 14.234 mil frequentavam as aulas em escolas estaduais, municipais e particulares com regularidade, correspondendo a 22,43% do total da população.

18 SERGIPE. Mensagem do governador do estado de Sergipe Eronildes de Carvalho apresentada à Assembléia Legislativa Estadual em 7 de Setembro de 1935. Aracaju: Imprensa Official, 1935.

Em 1º de setembro de 1935, foi nomeado para ocupar a direção do Atheneu “Pedro II”, o professor Joaquim Vieira Sobral e para a vice-direção, do professor Florentino Menezes. Pretendia ainda, o governo estadual ampliar o ensino secundário acrescido, então de 2 anos, e para tanto, criou os Cursos Complementares que compreendiam o pré-politécnico, o pré-médico e o pré-jurídico, para permitir a escolha do nível superior.

A implantação dos Cursos Complementares foi regulamentada pela Lei nº 40, de 18 de novembro de 1936, e realizada por esforço coletivo da Instituição e do Governo Estadual, em razão do aumento dos custos e da seleção de novos professores.

A Congregação do Atheneu “Pedro II” reuniu-se, pela primeira vez em 3 anos, para a implantação dos Cursos Complementares. Na pauta da reunião de 16 de março de 1936, estava a questão da remuneração dos professores com carga horária ampliada, em razão do crescimento do número de alunos.

Nesse sentido, a preferência seria dos mestres da casa e, na falta destes, era recomendada a contratação de professores por indicação da Direção. Apesar da gratificação especial de 80\$000, por turma excedente, os mestres Feltre Bezerra, Florentino Menezes e Maria Rita Soares comprometeram-se em ministrar aulas gratuitamente. Pela ampliação das tarefas administrativas, ficou acordada uma gratificação aos funcionários que variava entre 100\$000 e 30\$000, do diretor ao servente, respectivamente.

Para suprir parte das despesas dos cursos, foi estabelecida uma taxa anual de matrícula, fixada em 500\$000, admitindo-se 1 matrícula gratuita por turma, limitada a 40 alunos, desde que comprovada a condição de pobreza do candidato a vaga.

Em razão do aumento da matrícula, pequenas reformas foram empreendidas, como, a instalação de uma fonte de água esterilizante, em substituição aos antigos *moringues* de barro; o mobiliário das salas foi acrescido de novas carteiras duplas; os laboratórios foram reformados, a biblioteca ampliada para mil volumes, sob a responsabilidade do escriturário-bibliotecário Augusto da Paixão Pavão. Com a reforma, o *salão de desenho considerado o melhor do norte do país, ficou completamente aparelhado*.¹⁹

O quadro de concludentes no ano de 1936 era de 238 alunos, demonstrando um crescimento, em 10 anos, de 317,33%, enquanto a matrícula no Estado cresceu 62,06%.

Paralelamente à disponibilidade para efetivação dos Cursos Complementares, o Atheneu “Pedro II” passou a oferecer instrução militar aos



19 SERGIPE. Mensagem do governador do estado de Sergipe Eronildes de Carvalho apresentada à Assembléia Legislativa Estadual em 7 de Setembro de 1937. Aracaju: Imprensa Oficial, 1937.

seus alunos, através da Escola de Tiro, dirigida pelo 1º Sargento instrutor Altivo Murat de Abreu. Nesse sentido, o Interventor Eronildes de Carvalho adquiriu, na Capital Federal, o material necessário para as aulas. Além dos equipamentos trazidos do Rio de Janeiro, o Instituto Profissional Coelho e Campos foi incumbido de atender a todas as necessidades de mobiliário.

Na vanguarda da divulgação cultural, comemorava o quinto ano de fundação o jornal *A Voz do Atheneu*, uma criação do estudante Lauro Fontes, seu primeiro diretor, além de Joel Silveira, Gerson Pinto, Lises Campos e José Monte. Representava o periódico um veículo de comunicação interna dos alunos do Atheneu.

Em 1937, o Atheneu “Pedro II” registrou uma matrícula de 287 alunos, dos quais 198 eram do sexo masculino e 89 do sexo feminino. Em meio ao crescimento do Colégio, efervesciam os grupos de ideários comunistas, disseminados nos encontros organizados no Centro Operário. Em agosto, um grupo de estudantes do Atheneu “Pedro II” e de outras instituições de ensino fundaram a União Democrática Estudantil, liderados por João Nou, Márcio e Alfredo Rollemberg Leite. A agremiação assumiu uma postura democrática e da garantia das liberdades individuais, em oposição aos ideais comunista e fascista.

Enquanto a vida estudantil transcorria, o golpe de novembro, que instituiu o Estado Novo, manteve o Interventor Eronildes Carvalho no poder e garantiu o enfraquecimento de toda e qualquer forma de oposição. As perseguições políticas tornaram-se uma constante, e as acusações em torno do apoio governamental às ações de banditismo e às prisões irregulares caracterizavam uma atuação discricionária por parte do Executivo Estadual. Sergipe voltou a ser um lugar inseguro. As liberdades individuais estavam à mercê do entendimento político quanto ao apoio, ou não, ao Interventor Federal.

Em 16 de fevereiro de 1938, o Decreto nº 5, do Interventor Eronildes Carvalho determinou que o colégio Atheneu “Pedro II”, voltasse a ser o colégio Atheneu Sergipense. Um novo Regulamento foi publicado através do Decreto nº 7/1938, mantendo os cursos Fundamental, Complementar e de Instrução Militar.

Quando apagada a homenagem a Pedro II, o Atheneu estava no auge. Era uma casa de educação reconhecida, totalmente equipada, com um quadro de professores constituído pela nata da intelectualidade, orgulhosos de acolher e formar gerações de sergipanos.

